



ATA Audiência Pública

Título: Audiência Pública Município de Andradas – Concessão Saneamento	
Local: Teatro Municipal Giuseppe Stivanin	Data: 16/12/2025
Elaborado por: Houer	
I. Relação dos presentes	
Em anexo	
II. Pauta	
AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL SOBRE O PROJETO DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA E ESGOTO) DE ANDRADAS - MG	
III. Assuntos Abordados / Decisões tomadas	
A mesa foi presidida pela Prefeita Municipal, Sra. Margot Navarro Graziani Pioli. Compuseram também a mesa: • Sr. José Antônio Stivanin (Vice-prefeito); • Sra. Tarsila Maria Silva Brando Faion (Secretária de Planejamento Urbano e Meio Ambiente); • Sr. Camilo Fraga (Sócio-diretor da consultoria Houer); • Sr. Frederico Vasconcelos (Head de Saneamento na Houer); • Sra. Maria Silvia Viana (Sócia-diretora da MV Viana Advogados); • Sr. Cláudio Júnior Araújo (Gerente da Divisão de Meio Ambiente da Prefeitura). 1. ABERTURA Após a execução dos Hinos Nacional e Municipal, a Senhora Prefeita Margot Pioli realizou a abertura oficial do evento. Em seu pronunciamento, destacou que a iniciativa tem como objetivo solucionar o histórico déficit de tratamento de esgoto e o lançamento de resíduos in natura nos corpos hídricos do município. A Prefeita esclareceu, de forma enfática, a distinção entre o modelo de concessão proposto e a privatização, ressaltando que se trata de concessão por prazo determinado, na qual o patrimônio permanece público e a gestão retorna integralmente ao Município ao término do contrato. Informou ainda que, na manhã do mesmo dia, foi realizado um roadshow na B3 – Bolsa de	



ATA Audiência Pública

Valores, com a presença de diversos investidores interessados no projeto.

2. EXPOSIÇÃO TÉCNICA – CONSULTORIA HOUER

Na sequência, os representantes da Consultoria Houer, Senhores Camilo Fraga e Frederico Vasconcelos, apresentaram a modelagem técnica, econômica e jurídica do projeto, conforme segue:

2.1. Cronograma e Processo

Início dos estudos em maio de 2025, por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), com duração de seis meses;

Consulta pública iniciada em 19 de novembro de 2025, com encerramento previsto para 19 de dezembro de 2025;

Publicação do edital prevista para a segunda semana de janeiro de 2026;

Realização do leilão na B3 estimada entre os meses de março e abril de 2026.

2.2. Diagnóstico e Metas

Atendimento atual: aproximadamente 75% da população com abastecimento de água e coleta de esgoto, porém sem tratamento efetivo;

Metas do projeto: alcançar 99% de abastecimento de água tratada e 90% de esgoto tratado até o ano de 2033, em conformidade com o Marco Legal do Saneamento.

2.3. Investimentos (CAPEX)

Previsão de investimentos totais de aproximadamente R\$ 312 milhões ao longo de 30 anos;

Do montante total, R\$ 190 milhões deverão ser investidos nos primeiros oito anos, com foco no atingimento das metas de universalização.

2.4. Aspectos Econômicos

10



ATA Audiência Pública

Leilão pelo critério de maior valor de outorga, com lance mínimo inicial de R\$ 3,65 milhões;

Receita estimada de R\$ 1,2 bilhão ao longo do período contratual;

Estrutura tarifária idêntica à atualmente praticada pela COPASA, com reajustes apenas inflacionários (IPCA), sem aumento real;

Cobrança de tarifa de esgoto apenas quando houver efetiva prestação do serviço de tratamento;

Previsão de Tarifa Social para aproximadamente 2.400 famílias, conforme a Lei Federal nº 14.898;

Indenização à COPASA estimada em R\$ 10,1 milhões, referente a ativos não amortizados, conforme avaliação da ARSAE, a ser paga pela futura concessionária.

2.5. Infraestrutura e Operação

Implantação de interceptores ao longo dos córregos urbanos para evitar o lançamento de esgoto nos leitos;

Construção de nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Jaguari;

Reforma da ETE São Cristóvão;

Meta de redução de perdas de água de aproximadamente 36% para 25% até 2033 e 20% até 2040.

3. SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS – PARTICIPAÇÃO POPULAR

3.1. Participante: Sra. Tânia

Questionamentos:

Metodologia de captação de esgoto nos córregos;

Possibilidade de reúso do esgoto tratado para consumo humano;

Qualidade da água (cor e turbidez).

13



ATA Audiência Pública

Respostas:

O esgoto será captado por meio de interceptores instalados nas margens dos córregos;

O projeto não prevê reúso para consumo humano, em razão do alto custo e da disponibilidade hídrica regional, embora a tecnologia seja possível no futuro;

O efluente tratado retornará ao rio com remoção superior a 90% da carga orgânica;

A qualidade será fiscalizada por meio de indicadores de desempenho (KPIs), agência reguladora e verificador independente.

3.2. Participante: Sr. Edson

Questionamentos:

Segurança hídrica e capacidade de reservação;

Existência de captações por gravidade;

Risco de contaminação por agrotóxicos;

Alternativa de criação de autarquia municipal.

Respostas:

A redução de perdas compensará o crescimento da demanda futura;

Está previsto novo reservatório na ETA com capacidade de 1.500 m³, somando-se ao volume atual total de 4.835 m³;

Não foram identificados mananciais por gravidade viáveis; melhorias nos barramentos existentes estão previstas;

Caso a demanda supere as projeções, o risco é da concessionária;

O risco atual de agrotóxicos é considerado baixo, mas o monitoramento será obrigatório;

FB



ATA Audiência Pública

O estudo de Value for Money indicou inviabilidade financeira de uma autarquia municipal frente aos investimentos necessários.

3.3. Participante: Sr. Neto (Pesquisador)

Questionamentos e Contrapontos:

Contestou a avaliação de baixo risco agrícola, citando estudos na bacia do Ribeirão Caracol;

Questionou possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro com aumento tarifário;

Questionou licenciamento ambiental para lançamento de efluentes no Rio Jaguari;

Questionou a viabilidade da ETE São Cristóvão.

Respostas:

O contrato prevê reequilíbrio apenas em eventos extraordinários e imprevisíveis;

O risco de demanda e investimentos é integralmente da concessionária;

O OPEX contempla taxas e cobranças pelo uso dos recursos hídricos, sendo responsabilidade da concessionária obter licenças junto à ANA ou IGAM;

Está prevista a modernização da ETE São Cristóvão ou, alternativamente, o redirecionamento de sua bacia para a nova ETE Jaguari.

4. ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO

Foi reiterado que todos os documentos técnicos do projeto estão disponíveis no site andradasustentavel.com.br, com destaque para o Caderno de Encargos;

Informou-se sobre a nova norma da ANA (NR-13), que proíbe a cobrança de consumo mínimo;

Reforçou-se que a consulta pública permanecerá aberta até 19 de dezembro de 2025;

A Prefeita Margot Pioli encerrou a sessão agradecendo a participação dos cidadãos e reafirmando o compromisso da administração municipal com a superação do passivo histórico do saneamento



ATA Audiência Pública

básico no município

Andradas, 16 de dezembro de 2025

Tarsila Maria Sibilla Brando Faion
Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente